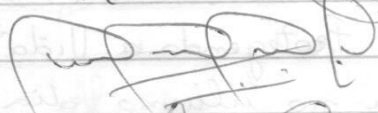


programação das AIBs numa quantidade conforme os procedimentos de consultas, internamentos, etc, e fazer-se uma reunião com todos os prestadores de serviços com o Conselho Municipal de Saúde, explicando que não podem cobrar taxas. Quando sair o "espelho", que é uma programação para cada hospital, o serviço tornar-se-á mais fácil de ser controlado. O Sr. Euclides Gonçalves falou sobre o Fundo Municipal de Saúde que a Prefeitura recebe, e que não se sabe se essa verba é destinada a outras áreas. Sugeri também que seja feito um levantamento sobre as taxas cobradas das licenças sanitárias feitas no Município, dizendo que a arrecadação deve ser grande e deveria ir para a Secretaria de Saúde, através também do Fundo Municipal, para maior ajuda no setor. O Dr. Evaldo falou dos inúmeros imóveis que existem no país e que pertencem ao antigo INANPS e que os mesmos, se vendidos, dariam uma ótima renda para o atual Sistema de Saúde. Na verdade, o caos em que se encontra a saúde no nosso país, vem de longa data e tudo começa sempre pelos altos escalões do Governo Federal, e por mais que cada Município tente fazer, sempre encontra muitas dificuldades e não pode, por si só, resolver todos os problemas existentes. Após mais alguns comentários, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Bireia, laurei a presente ata que será assinada pelos presentes.

Bireia



Euclides Gonçalves



ATA n.º 11 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 1996 (hum mil novecentos e noventa e seis), foi realizada a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Relações Comunitárias, sito à Rua das Garças n.º 1019, com início às 19:30 horas. O Secretário da Saúde, Dr. José Izidoro Furlan, iniciou a reunião falando sobre certas dificuldades

que estão acontecendo no Município. Falou sobre a possibilidade da Prefeitura pagar as diferenças que existem nas emissões das AITHs, mas devido a cobrança de complementação cobrada nos internamentos e as taxas extras cobradas nas consultas, o Poder Público poderá negar-se a pagar. É preciso que se tome uma posição se quisermos resolver o problema. O Sr. Izídio disse que, em Apucarana, depois de denúncias feitas tomou uma posição, ou seja, existe um hospital que vai atender pelo SUS e que não passaria do limite das AITHs que possui, para atender de graça, sem fazer como a maioria que passa do seu limite e fica cobrando taxas, complementação ou fazendo parcelamentos e até "pacotes". Também existe o problema das cesarianas, que, segundo pesquisas, estão sendo cobradas e o Sr. Izídio disse que, quanto à cesária, é difícil de não generalizar, pois existem pacientes que não precisam de uma cesária, mas pedem ao médico, que por sua vez não tem como negar. O Dr. Furlan falou também que existe uma Resolução do Conselho Estadual de Saúde, onde os hospitais não podem cobrar diferenças nos internamentos e que, se não podem cobrar essas taxas não podemos deixar que cobrem. O Sr. Euclides falou que, se foi combinado um preço, não se pode depois alterá-lo, isto é, se um médico sabe que vai ganhar "X" pelo SUS, não poderá cobrar complementação. O Sr. Izídio disse ser impossível sobreviver com o valor pago pelo SUS, por isso o Poder Público deveria pagar essa diferença, pois existem pacientes que acabam pagando mesmo na enfermaria, onde são emitidas as AITHs. Os hospitais de plantão atendem urgência e emergência, pois o atendimento ambulatorial é feito na Secretaria de Saúde, só que os hospitais de plantão, estão cobrando taxa adicional e essa é uma reclamação constante dos usuários. O Dr. Furlan mostrou aos presentes, uma relação assinada por vários médicos, na qual concordam com o pagamento feito pelo SUS. A maioria desses médicos estão cobrando complementação e isso não está certo, pois se eles emitirem AITHs, não podem cobrar. Outros atendem o teto deles, ou não atendem nada e também

existem médicos que têm um determinado teto e não atendem. O Sr. Reivaldo sugeriu que se faça um levantamento sobre o teto e a produção de cada médico e o Dr. Furlan também sugeriu que se faça um levantamento dos custos gerais, ou seja, quanto é o valor real e quanto o SUS paga, para se ter uma base. O Sr. Izídio disse que a tabela do SUS está defasada, por causa da mudança da moeda - e existe também uma taxa que não é paga pelo SUS a muito tempo. O Sr. Reivaldo e o Sr. Izídio falaram que a Prefeitura poderia pagar os laudos que ficam represados, principalmente os de menor custo, que são os que ficam mais tempo parados. Foi falado também sobre a gestão semi-plena, que já deu certo em outras cidades e o Dr. Furlan disse que para isso, é preciso se fazer um estágio em outro Município que já possui a gestão semi-plena, para que se possa fazer um gerenciamento do dinheiro. Dr. Furlan falou ainda sobre a Unidade Móvel, que já foi tratado no final do ano passado, pois isto está sendo cobrado. Além dessa providência, o Dr. Furlan ficou de falar com o Prefeito para ver se encontram uma solução. Nada mais havendo a tratar para o momento, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Cirera, lavrei a presente ata.

Assinatura

~~Euclides Gonçalves~~

~~Euclides Gonçalves~~

~~Euclides Gonçalves~~

~~Euclides Gonçalves~~

~~Euclides Gonçalves~~

~~Euclides Gonçalves~~

ATA nº 12 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro de 1.996 (hum mil novecentos e noventa e seis) foi realizada uma reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Relações Comunitárias, sito à Rua das Garças nº 1019, com início às 11:30 horas. O Sr. Izídio Ormelez, Representante da Santa Casa de Arapongas, explicou aos Conselheiros presentes,